Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Fabíola Mancilha Junqueira

Reflexões sobre feminicídio e fatores de risco para o processo de luto

Especialização em ações terapêuticas para situações de luto

São Paulo
2023

Fabíola Mancilha Junqueira

Reflexões sobre feminicídio e fatores de risco para o processo de luto

Artigo apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Ações terapêuticas para situações de luto, sob a orientação do prof. Bruno Cervilieri Fedri.

São Paulo

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Banca Examinadora

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo elencar e debater alguns aspectos comuns relatados por vítimas de casos de feminicídio, sejam elas enlutadas pela perda de uma mulher querida ou sobreviventes de tal crime. A partir da experiência vivida pelos autores em um centro de apoio à vítimas de crimes contra a vida, atendimento psicológico, reuniões de supervisão e discussão de casos em grupo interdisciplinar, leitura e análise de prontuários foi possível identificar aspectos comuns entre as vivências incluindo fatores de alerta e risco de luto complicado. A fim de preservar o sigilo foi utilizada literatura fictícia para ilustrar situações e falas comuns às vivências das vítimas.

Palavras-chave: feminicídio; luto; violência de gênero

RESUMEN

Este ensayo tiene como objetivo enumerar y discutir algunos aspectos comunes relatados por las víctimas de casos de feminicidio, ya sea que estén en duelo por la pérdida de una mujer amada o sobrevivientes de tal crimen. A partir de la experiencia vivida por los autores en un centro de apoyo a víctimas de delitos contra la vida, atención psicológica, reuniones de supervisión y discusión de casos en un grupo interdisciplinario, lectura y análisis de historias clínicas, fue posible identificar aspectos comunes entre las experiencias, incluyendo factores de alerta y riesgo de duelo complicado. Para preservar el secreto, se utilizó literatura de ficción para ilustrar situaciones y declaraciones comunes a las experiencias de las víctimas.

Palabras clave: feminicidio; dolor; violencia de género

SUMMARY

This essay aims to list and discuss some common aspects reported by victims of femicide cases, whether they are mourning the loss of a beloved woman or survivors of such a crime. From the experience lived by the authors in a support

center for victims of crimes against life, psychological care, supervision meetings and discussion of cases in an interdisciplinary group, reading and analysis of medical records, it was possible to identify common aspects between the experiences, including factors of alert and risk of complicated grief. In order to preserve secrecy, fictional literature was used to illustrate situations and statements common to the victims' experiences.

Keywords: femicide; grief; gender violence

INTRODUÇÃO

O feminicídio é um crime hediondo, ou seja, trata-se de uma qualificação penal de crimes contra a dignidade humana compreendido legalmente como de extrema gravidade e que causa aversão à sociedade. Foi incorporado ao código penal como uma qualificadora ao crime de homicídio em 2015 - Lei No 13.104/2015¹. “A lei que incluiu o feminicídio no Código Penal brasileiro foi criada a partir de uma recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM), que investigou a violência contra as mulheres nos Estados brasileiros entre março de 2012 e julho de 2013.”(Dossiê Feminicídio, Agência Patrícia Galvão)

Assim como os crimes de estupro, genocídio e latrocínio, o feminicídio deve ser tratado com mais rigor. O assassinato de mulheres em contextos em que há desigualdade de gênero, quando envolve violência doméstica e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher tem pena prevista de doze a trinta anos de reclusão, é inafiançável e não oferece a possibilidade de recurso². A maior parte dos assassinatos de mulheres acontecem dentro de casa, na residência da vítima, com armas brancas, objetos que estavam à mão em momentos de briga ou discussão e apresentam características da ordem patriarcal, estrutura que inferioriza e subordina as mulheres aos homens. A visão de sociedade definida por papéis “alimenta discriminações e violências por terem características relacionais hierárquicas, ou seja, as atribuições dos papéis masculinos e femininos se complementam, convertendo diferenças em desigualdades.” (Dossiê Feminicídio, Agência Patrícia Galvão)

O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres. “Em 2019, foram registrados 1.246 homicídios de mulheres nas residências, o que representa

¹ BRASIL. Lei Federal nº 13.104, de 9 de Março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

(<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/172426221/lei-13104-15>). Acesso: março/2023.

² Conselho Nacional do Ministério Público <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8190-crime-hediondo>. Acesso: março/2023.

33,3% do total de mortes violentas de mulheres registradas.” (CERQUEIRA et. al, 2021, pág. 41). A definição ‘feminicídio’ é uma tipificação usada apenas no sistema criminal sendo ignorada na certidão de óbito, por exemplo.

““A análise dos últimos onze anos indica que, enquanto os homicídios de mulheres nas residências cresceram 10,6% entre 2009 e 2019, os assassinatos fora das residências apresentaram redução de 20,6% no mesmo período, indicando um provável crescimento da violência doméstica.” (CERQUEIRA et. al, 2021, pág.41)

Apesar de aprovada pelo senado em 2022 o projeto de lei (PL 2.325/2021)³ que encerra o atenuante de valor moral ou provocação da vítima no caso de crimes contra mulheres, há quem ainda considere o feminicídio como “crime passionnal” ou crime em “defesa da honra”. Tal pensamento revela uma forma de ser social que desqualifica a mulher, distorce a compreensão do significado de amor e alivia o peso do crime ao sugerir justificativa válida para o ato de matar. Geralmente, há no feminicídio intencionalidade violenta e o desprezo pelo ser mulher que pode ser identificado ao observar as ações realizadas no crime.

O protocolo⁴ latino-americano para investigação dos assassinatos de mulheres por razões de gênero criado pela ONU Mulheres e adaptado à realidade brasileira oferece diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (ONU, 2016). É dever do poder público, direito da vítima e papel da Secretaria do Estado que provê políticas públicas de segurança e cuidados para mulheres, que o crime seja investigado, processado e julgado por profissionais treinados sob a perspectiva de gênero analisando as circunstâncias do crime, características do agressor, características da vítima e histórico de violência. Alguns itens de análise relacional do protocolo são:

³ <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/07/06/defesa-da-honra-nao-podera-ser-usada-como-argumento-em-crimes-contra-a-mulher>

⁴ ONU Mulheres - Diretrizes Nacionais Feminicídio: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres, 2016 (https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf).

- 1) Íntimo: relação íntima com o agressor;
- 2) Não íntimo: sem relação, ex. agressão sexual por um desconhecido que culmina em morte;
- 3) Infantil: relação de responsabilidade, confiança ou poder com o agressor;
- 4) Familiar: relação de parentesco (consanguinidade, afinidade ou adoção);
- 5) Por conexão: mulher que está no mesmo local onde o agressor mata ou tenta matar outra mulher;
- 6) Sexual sistêmico: (desorganizado) sequestro, tortura e estupro seguido de morte / (organizado) rede organizada, método consciente e planejado;
- 7) Por prostituição ou ocupações estigmatizadas: agressor motivado por ódio e misoginia, “ela merecia”, “fez por onde”, “a vida dela não valia nada”;
- 8) Tráfico de pessoas: uso de ameaças, força e coação, trabalhos forçados, exploração sexual, extração de órgãos;
- 9) Contrabando de pessoas: contrabando de migrantes, facilitação de entrada ilegal, intuito de receber benefícios financeiros ou outros;
- 10) Transfóbico: morte de uma mulher transgênero ou transsexual por ódio ou rejeição;
- 11) Lesbo e bifóbico: morte de uma mulher lésbica ou bissexual por ódio ou rejeição;
- 12) Racista: ódio ou rejeição à origem étnica, racial ou traços fenotípicos;
- 13) Mutilação genital feminina: morte como resultado da mutilação.

O feminicídio afeta o desenvolvimento familiar e infantil de crianças que muitas vezes presenciam relações de violência além de ser um agravante para o risco de luto complicado para aqueles que perderam suas mulheres queridas. Uma das formas pelas quais podemos estudar o impacto deste tipo de crime sobre o desenvolvimento familiar e infantil é pela via da compreensão da formação, estruturação e rompimento de vínculos, que influenciam diretamente nossa forma de ser e se relacionar com o mundo. A professora Dra. Maria Helena Pereira Franco deixa claro que:

“... bebês e crianças pequenas precisam desenvolver dependência segura de seus pais, antes de se lançarem a situações não familiares, nas quais terão de contar apenas

consigo. A dependência segura oferece a base para aprender as habilidades e desenvolver o conhecimento que torna possível depender, com confiança, em si e obter emancipação segura dos pais.” (FRANCO, 2010, pág. 25)

Trata-se, portanto, de um desafio pensar sobre formas de cuidado e apoio a famílias que passam por situações de violências a fim de preservar o desenvolvimento saudável dessas crianças. Como oferecer um ambiente saudável para que crianças possam passar pelo processo de desenvolvimento, de modo que fortaleça sua segurança em relação a si mesmas e ao mundo, tendo pais e familiares que colocam em risco a existência de familiares que cumprem o papel de figura de apego seguro para aquela criança?

Além disso, a vivência de uma situação violenta no ambiente familiar coloca os afetados diante de uma tarefa psicologicamente árdua. O processo de luto pela perda do mundo presumido nem sempre é claro e exige cuidado uma vez que significa a desestruturação de “crenças fundamentais que a pessoa tem sobre si mesma, sobre o mundo e sobre a relação entre ela e o mundo” (FRANCO, 2021, pág. 57). Dificilmente uma família é formada com o objetivo de aumentar o sofrimento, em sua maioria a união conjugal é motivada pela ideia de amor e companheirismo. Quando a violência acontece a ideia inicial é questionada. O outro, anteriormente amado, passa a ser visto como um estranho ameaçador.

Assim como no processo de morte por suicídio, os enlutados de morte por feminicídio enfrentam questões de estigma social. O contexto é de vergonha, de julgamento moral dos comportamentos da vítima, confusão e culpa. Muitas vezes há intensificação do sofrimento por ser um caso de violência prévia já denunciada e negligenciada pela lentidão da justiça. O sofrimento causado pelo processo judicial é um fator complicador para o processo de luto por feminicídio.

“Com o homicídio de seus familiares, as vítimas indiretas iniciam uma jornada que envolve diversos órgãos públicos de justiça, muitas vezes sem orientação sobre qual deles acessar e quais procedimentos seguir para compreenderem o ocorrido e obterem apoio por parte dos órgãos públicos de justiça e cidadania. O atendimento desumanizado e a ausência de investimentos na segurança pública, que

poderiam se converter em maior agilidade na realização de boletins de ocorrência e maior efetividade nas investigações criminais, também são caracterizadas como formas de revitimizações, cujo resultado, segundo Glens (2009), é a deslegitimação do luto da vítima por meio da violação de seus direitos.” (FEDRI, 2019, pág. 12)

As jornalistas Niara Oliveira e Vanessa Rodrigues analisaram diversas notícias sobre feminicídio veiculadas nos principais jornais brasileiros. Em geral a exposição midiática da imprensa fomenta o julgamento social desqualificando a vítima. É responsabilidade da imprensa e dos profissionais de comunicação tratar o feminicídio de modo a informar e educar a população sobre a realidade do crime incentivando a reflexão e a discussão sobre maneiras de cuidar além da base social machista e misógina em que vivemos.

No livro Histórias de morte matada contadas feito morte morrida: A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira, publicado em setembro de 2022 pela Drops Editora, as autoras destacam a importância de falar sobre este assunto tabu e apresentam os resultados da pesquisa afirmando que:

“É com esse mesmo cuidado, delicadeza e respeito – sem perder a contundência – que apresentamos o Histórias de morte matada contadas feito morte morrida, que analisa a narrativa adotada pela mídia escrita, principalmente a hegemônica, na cobertura dos casos de feminicídio no Brasil. Como já dissemos, o assunto é muito doloroso, mas falar sobre ele é urgente.” (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2022, p. 36)

Muitos casos de crime contra a vida são julgados por júri popular, o que nos faz pensar ainda mais seriamente sobre a responsabilidade da imprensa ao comunicar crimes de feminicídio.

A discussão sobre violências e gênero é urgente, principalmente considerando o contexto negacionista em que estamos vivendo. Um dos capítulos do livro Dicionário dos Negacionismos no Brasil, publicado pela editora CEPE em 2022 e organizado pelos professores doutores José Szwako e José Luiz Ratton, trata dos perigos do movimento político antigênero, que coloca em

risco o amadurecimento de discussões sobre distintas concepções acerca de diferenças sexuais.

Movimentos ativistas conservadores que se colocam como contrários a uma suposta “ideologia de gênero” agem de forma a desqualificar teorias feministas que questionam o funcionamento hegemônico, heterossexual, machista, eurocêntrico de sistemas sociais. Ou seja, permanecem na contramão de discussões que elucidam a relação de sexo e gênero como conceitos distintos. A compreensão da ciência em 1990 destaca que:

“O dimorfismo sexual passa a ser colocado em xeque por vários saberes — inclusive no campo da biologia, a partir do reconhecimento de um espectro de intersexualidade. Nessa perspectiva, o sexo não é algo natural ou vindo da natureza. Antes, o sexo é considerado como uma categoria repleta de sentidos simbólicos, associações, saberes, construções culturais e políticas. Ou seja, mesmo o sexo passa a ser considerado como gênero, pois a ideia de uma base natural evidentemente binária é considerada como um construto do próprio saber ocidental. Em certa medida, a noção de natureza herdada do Iluminismo supôs que o corpo marcado pela genitália seria um substrato do gênero, mas esse substrato e seu binarismo foram questionados nos anos 1990.” (SZWAKO & RATTON, 2022, p. 61)

De acordo com os autores do capítulo Antigênero, Dra. Heloísa Buarque de Almeida e Lucas Bulgarelli,

“Essa moral conservadora é pautada por noções como as de família tradicional, de inevitabilidade da heterossexualidade e da cisgeneridade, bem como do predomínio parental nas escolhas de vida dos filhos e da rigidez sobre condutas sexuais consideradas desviantes. Assim, a mobilização antigênero nega padrões igualitários e democráticos de sociedade, de família e de sexualidade.” (SZWAKO & RATTON, 2022, p. 64).

Em um estudo sobre gênero e luto, o psiquiatra inglês Colin Murray Parkes afirma que “a maioria das diferenças psicológicas é mais adquirida do que inata”

e que tais diferenças são derivadas da cultura. (PARKES, pág. 175) O estudo discorre sobre a forma como homens e mulheres expressam suas emoções e revela que no geral homens têm mais dificuldades em procurar ajuda. Estariam as mulheres pagando com a própria vida a conta de uma sociedade que sobrecarrega homens desde a infância exigindo a inibição de expressões de sofrimento comuns a todos os gêneros? Ao mesmo tempo que reforça a imaturidade emocional que resulta em comportamentos explosivos e violentos contra concepções morais sem sentido?

Tal discussão nos convida também a pensar sobre os fatores de risco para o processo de luto vivido por sobreviventes do feminicídio. O luto complicado, conceito definido por Therese A. Rando (1993) é um fenômeno difícil de ser identificado uma vez que a vivência do luto é singular a cada sobrevivente e depende dos significados da relação de vínculo vivida. Porém há sete fatores que podem intensificar o sofrimento e que auxiliam na compreensão dos profissionais que podem oferecer cuidado. São eles (RANDO, 1993, pág 5-6):

- 1) Morte repentina
- 2) Morte inesperada – especialmente em contextos de violência, de mutilação, traumáticas
- 3) Morte em decorrência de uma longa doença
- 4) Morte de criança
- 5) Morte considerada evitável
- 6) Relação de vínculo e apego inseguro ou ambivalente
- 7) Relação de dependência – especialmente quando o enlutado não tem suporte para seu processo de luto

A partir da presença, acompanhamento e escuta à histórias de pessoas afetadas pelo feminicídio, assim como pela análise prontuários de casos deste crime complexo permeado por camadas de adoecimento social é possível identificar a presença de diversos fatores de risco para luto complicado.

OBJETIVO

Este ensaio tem como objetivo apresentar aspectos comuns vividos por vítimas de feminicídio, sejam elas enlutadas pela perda de uma mulher querida ou mulheres sobreviventes de tal crime. Tais aspectos foram identificados a partir

da experiência das autoras na atuação e pesquisa em um centro de apoio à vítimas de crimes contra a vida, que oferece gratuitamente atendimento psicológico, jurídico e social, além de promover aos profissionais e estagiários colaboradores reuniões de supervisão e discussão de casos em grupo interdisciplinar.

MÉTODO

A base fundamental da construção deste ensaio é a experiência vivida pelos autores no acompanhamento psicológico a vítimas, diretas e indiretas, de feminicídio. Considerou-se importante também identificar o contexto de atendimento e contato inicial com tais vítimas já que sugere a interseccionalidade de saberes, ou seja, a vítima, além de demandas emocionais, lida ou lidou com demandas jurídicas em seu processo de luto e elaboração da compreensão do crime. Foram realizadas também leituras e análises de prontuários de vítimas de do crime de feminicídio que permitiram identificar aspectos comuns entre as vivências das vítimas diretas e indiretas incluindo fatores de alerta e risco de luto complicado.

A fim de preservar o sigilo, dar voz ao sofrimento relatado e aproximar o leitor da realidade violenta de tal crime foi utilizada literatura fictícia para ilustrar situações comuns às vivências das vítimas. O romance *Mulheres Empilhadas*, publicado pela editora LeYa em 2019 pela jornalista Patrícia Melo, narra a história de uma advogada paulistana que se muda temporariamente para o Acre a fim de pesquisar e acompanhar julgamentos e processos legais de feminicídios na região. A protagonista é uma vítima do crime que presenciou o assassinato da própria mãe pelo pai quando era criança e que vive a elaboração do luto não reconhecido ao longo da sua pesquisa.

Em decorrência da pouca quantidade de material teórico interdisciplinar do fenômeno e da vivência prática dos autores em contato com afetados pelo feminicídio optou-se pela escrita em forma de ensaio uma vez que é um método livre de regras cartesianas pré-estabelecidas nos métodos científicos duros, ao mesmo tempo que permite agrupar diversas formas do saber possibilitando reflexões e questionamentos acerca do material exposto. “O ensaio seria a

pesagem exigente, o exame atento, mas também o enxame verbal cujo impulso se libera.” (STAROBINSKI, pág. 14)

De acordo com Starobinski (STAROBINSKI, pág 21) “Escrever, para Montaigne, é ainda uma vez ensaiar, com forças sempre renovadas, num impulso sempre inaugural e espontâneo de tocar o leitor no ponto mais sensível, de forçá-lo a pensar e a sentir mais intensamente.” É com essa intenção, de tocar o leitor acerca da urgência da discussão sobre a ocorrência e aumento dos casos de feminicídio, que os autores deste ensaio optaram por esse estilo, afim de agrupar reflexões sobre os saberes legais e jurídicos, psicológicos e da comunicação de mídia e imprensa, além de outros, que se interrelacionam no percurso do cuidado e oferta de apoio a pessoas afetadas pelo feminicídio.

DISCUSSÃO

QUEM É O AGRESSOR?

É desafiador traçar um perfil comum dos agressores. A profissão, idade, grau de escolaridade, posição social, são as mais variadas. Em sua maioria o assassino (ou agressor) tem alguma relação próxima com a vítima, são pessoas conhecidas e muitas vezes companheiros conjugais, moram na mesma residência, compartilham intimidades, formam ou pertencem à mesma família.

“Em nove dos quatorze casos, as vítimas conheciam seus algozes. Cinco foram mortas pelo marido, duas pelo namorado, uma pelo vizinho.” (MELO, 2019, p.76)

A casa da vítima é o local onde acontecem a maior parte dos feminicídios. Houve aumento de casos de violência doméstica durante o período da pandemia de COVID-19. “Segundo o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020”, 35,5% das mulheres que sofreram homicídios dolosos em 2019 foram vítimas de feminicídios . No entanto, o mesmo Anuário aponta que, entre 2018 e 2019, a taxa de feminicídios por 100 mil mulheres cresceu 7,1%; enquanto o Atlas da Violência indica que a taxa de homicídios femininos dentro das residências diminuiu 10,2% no mesmo período. Esta divergência contribui para corroborar a hipótese da subnotificação dos homicídios registrados pelo sistema de saúde em 2019 relacionado ao incremento das MVCI.” (CERQUEIRA et. al, 2021, pág.41)

“porque a primeira coisa que se aprende quando se mergulha no mundo da matança de mulheres é que a rua escura, o beco ermo, o bairro suspeito não são os locais verdadeiramente perigosos para nós. A verdade é que não existe lugar mais temerário para nós do que nossa própria casa. Com minha mãe foi assim. Na maioria dos casos que eu iria ver nas semanas seguintes foi assim. A verdade é que o casamento é o patíbulo da mulher.” (MELO, 2019, p. 57)

Em muitos casos a violência é recorrente e intensificada quando há registrado em boletins de ocorrência. Não raro a mulher opta por não prestar queixa justamente pela falta de acolhimento e garantia de que o processo será rápido e eficaz para cessar as agressões. É comum que casos de feminicídio revelem um histórico anterior de agressões e violências muitas vezes negligenciadas ou tratadas com lentidão pela justiça.

“A boca da Marciane foi rasgada de orelha a orelha com navalha. Porque ela fez uma denúncia na delegacia depois de levar uma surra. “Volta lá e desfaça aquela merda”, dissera-lhe o marido. Antes de matar, antes de espancar, antes de esmurrar e antes de dar o primeiro tapa, muito antes disso tudo, Wevi foi um príncipe.” (MELO, 2019, p.91)

Talvez não seja possível traçar um perfil sociodemográfico que nos ajude a identificar previamente tais criminosos, porém, é possível identificar o caldo cultural machista, misógino e racista presente na sociedade que reverbera nas ações, pensamentos e justificativas destes agressores.

“Antônio Francisco passou a mão nos peitos de Txupira, e não é que a maluca deu um tapa no rosto de Antônio Francisco? Por isso ela teve as mãos amarradas, mas a ideia não era estuprar, isso não. Nem torturar. Mas a índia, caceta, a índia era brava demais, e mesmo com as mãos amarradas, imagina, começou a chutá-los. E então Abelardo veio da cozinha com uma faca, não para matar, nem para torturar, era só para assustar, e Crisântemo disse que ficou com medo de que essa brincadeira acabasse sujando o

tapete da sala – sua mãe ficaria muito puta, e assim eles acabaram no celeiro, onde Txupira foi pendurada num desses ganchos de açougueiro para “se acalmar”.” (MELO, 2019, p.35)

É comum encontrar nos textos de processos de feminicídio parágrafos que versam sobre as condições de saúde mental do agressor e trechos transcritos dos depoimentos do réu que revelam autopercepção de si como isento de culpa.

“Brayan, todos falaram a mesma coisa. Problemas sexuais. Problemas com bebida. Adultério. Alguns chegam à corte acompanhados por seus psiquiatras, alegando insanidade. Não lembro de nada, eles dizem. Tenham piedade de nós, eles argumentam: somos epiléticos. Somos bipolares em grau máximo. Somos esquizofrênicos. Mas a verdade é que a maioria é totalmente normal e saudável, da mesma forma que é totalmente assassina.” (MELO, 2019, p.91)

Motivos pelos quais muitos agressores justificam seus atos violentos revelam a estrutura patriarcal da sociedade em que vivemos que sustenta a hierarquização do homem sobre a mulher e sustenta o julgamento de comportamentos baseado em condutas moralistas.

“Regina irritava Wendeson, ela tirava Wendeson do sério por causa da porra daquele rádio & Ermício descobriu uma foto de Silvana de biquíni no celular dela & Daniela queria romper com Alberto & Rusyleid desejava se separar de Tadeu & Degmar já até pedira o divórcio de Ádila & Iza morreu, na verdade, porque se negou a patrocinar a cachaça do Heroilson. Iza era assim, disse Heroilson para o juiz, uma dona complicada. Difícil mesmo. Sabe para quem Silvana enviou a foto de biquíni? Para um colega da firma. Eu deixava a Silvana trabalhar e ela fazia isso comigo, declarou Ermício. De biquíni! Abaixa a porra desse rádio, avisou Wendeson um milhão de vezes. Mas quem falou que Regina obedecia?” (MELO, 2019, p.73)

“Esses matadores de mulheres, eu aprendi, tem um vocabulário próprio. Você tem que saber traduzir o que eles dizem quando eles dizem “eu te amo”. Quando eles dizem “eu te amo”, saiba: eles estão dizendo que você tem dono. Quando eles falam que sentem ciúmes, você tem que entender que eles estão falando de direito de uso de propriedade. Você é como o carro dele. O celular dele. A casa dele. O sapato dele. Ele é o senhor do engenho. Você é a escrava. Ele é o fazendeiro. E você, o gado. Ele é o proprietário. E você, o produto. E seu casamento, seu namoro, seu vínculo são sua desgraça, sua condenação à morte. Quando ele pede desculpa, quando ele pede para voltar, ele está avisando: sua contagem regressiva já começou.” (MELO, 2019, p.92)

Também é comum que o agressor seja dependente químico ou usuário frequente de substâncias que alteram a consciência, como álcool e drogas, atribuindo ao efeito destas substâncias a responsabilidade pelo crime e agressão somado a uma “provocação” da vítima contra sua moral ou julgamento do comportamento da mulher como afronta ao que considera “correto”. Estes aspectos abrem pontos importantes de discussão acerca da presença e eficácia de políticas públicas de saúde preventiva contra álcool e outras drogas, além do questionamento sobre a existência e necessidade de psicoeducação acerca de si que promova amadurecimento emocional e reflexões sobre relações sociais, sobre reconhecimento do outro como ser singular com suas próprias necessidades e desejos.

“a maneira como você vai morrer depende de muitos fatores: dosagem alcoólica do macho. Nível de frustração do macho. Montante de pressão no trabalho dele. E claro, se você rir na cara dele, as coisas vão acontecer num ritmo alucinante.” (MELO, 2019, p.90)

CRIANÇAS TESTEMUNHAS

A personagem protagonista do romance, quando criança, viveu o assassinato da mãe pelo pai. Seu luto não foi reconhecido e houve elaboração do ocorrido na vida adulta utilizando recursos racionais e atribuição de significado pela cognição.

“Foi só durante a faculdade de direito, já equipada com um vocabulário técnico e próprio, que voltei a abordar o assunto, sempre com cautela: “aqueles fatos”. As palavras “assassinato”, “pai”, “processo” e “prisão” jamais eram ditas, mesmo mentalmente eu as evitava, como se elas tivessem algum terrível poder de trazer nosso passado à tona.”
(MELO, 2019, p.21)

Em muitos casos de feminicídio há crianças testemunhas da violência final ou da constante relação violenta entre os pais antes da morte. Por se tratar de uma fase do desenvolvimento quem que os recursos de comunicação verbal da criança ainda são escassos, as crianças acabam sofrendo pelo não reconhecimento do luto e enfrentam dificuldades em compartilhar e elaborar a dor. O luto, como um processo cíclico e espiral de elaboração e atribuição de significado, acaba sendo revisitado ao longo do ciclo de desenvolvimento da vida e a perda passa a ser compreendida a partir das possibilidades de atribuição de significado conforme é possível no momento de vida em que o enlutado está.

“Para minha avó, a morte de minha mãe era um fato do passado. Mas para mim era diferente, o que eu sou, eu poderia dizer para minha avó, como naquele poema, o que eu sou é ter perdido a minha mãe. O que eu sou é meu pai ter matado minha mãe. A morte da minha mãe era mais que a minha identidade.” (MELO, 2019, p.45)

“Ter uma mãe que foi assassinada era talvez a minha identidade secreta. Era o buraco negro da minha existência.”
(MELO, 2019, p.43-44)

Geralmente, uma criança enlutada vive em uma família também enlutada. Sendo assim, há alteração de grande parte do ambiente no qual aquela criança vive, tanto no que diz respeito a alteração de rotina como alteração da forma de relação com os entes ao redor. A família passa a ser formada por outras pessoas

enlutadas. Além disso, um evento traumático com fatores agravantes para luto complicado pode mudar o estilo de apego dos entes sobreviventes. A vivência intensa de um risco à vida pode transformar o estilo de formação de estilo de apego para ambivalente ou mesmo inseguro. A criança e outros membros da família podem passar a desconfiar dos outros ou ter dificuldades na formação de vínculos saudáveis com o outro.

“Minha família. Minha história. Colocavam uma etiqueta na minha testa: mãe assassinada, pai assassino. Claro que eu havia contado sobre minha mãe para algumas pessoas. Poucas. Claro que eu talvez um dia contasse para Amir, caso ele não tivesse fodido tudo e me estapeado naquela festa, antes de me chamar de vadia.” (MELO, 2019, p.44)

“Enterrar o marido, já tendo sepultado a filha, se ver sozinha, sem nenhuma extensão familiar, meu pai solto, rondando nossa casa, eu naquela fase tóxica da adolescência, tirando nota baixa na escola, aquilo tudo foi demais para ela. Vi com meus próprios olhos. De súbito, toda a sua coragem foi para o espaço.” (MELO, 2019, p.25-26)

É comum que os adultos da família, como forma de demonstrar força, evitem chorar e expressar o sofrimento diante da criança. A falta de liberdade para expressar os diversos sentimentos presentes nesse processo pode dificultar a compreensão e elaboração da perda por parte da criança. Além disso, de acordo com Junqueira (2021) “muitas vezes, a criança ainda não tem vocabulário para expressar suas dores e necessidades, correndo o risco de ser incompreendida ou não reconhecida.” Sendo assim, a criança se vê sozinha em sua própria dor e incapaz de compartilhar seus sentimentos.

CICLO DA VIOLÊNCIA

A agressão vivida por mulheres não é somente física. A agressão física implica em agressão moral, psicológica e patrimonial, em muitos casos, e deflagra a relação de insegurança por vulnerabilidade. Judith Butler (2019) fala

sobre a violência como um risco de ter a vida expurgada pela ação intencional do outro.

“A violência é certamente uma mancha terrível, uma maneira de expor, da forma mais aterrorizante, a vulnerabilidade primária humana a outros seres humanos. É uma forma pela qual somos entregues, sem controle, à vontade do outro, um modo em que a própria vida pode ser expurgada pela ação intencional do outro.” (BUTLER, 2019, pág. 49)

A protagonista do romance que nos guia pela discussão deste fenômeno, assim como outras vítimas de violência, relata o pensamento repetitivo que sempre volta ao momento da agressão. O pensamento recorrente também está presente em relatos de enlutados como uma forma de elaboração indicando o processo de dar novos significados à dor vivida. Podemos considerar que a situação de agressão, além de muitas vezes instalar um trauma, coloca a vítima em situação de luto por queda do mundo presumido.

“Era exasperante admitir que meu pensamento operava em modo circular nos últimos dias. Do tapa ao tapa. A verdade é que um tapa no rosto tem o mesmo efeito que um projétil expansível. Guardadas as devidas diferenças, ele provoca na sua parte imaterial algo parecido com o que a bala dundum faz na sua carne: em vez de transfixar o corpo, toda aquela energia destrutiva implode dentro de você, ampliando o ferimento. Muito da pessoa estapeada morre no tabefe.” (MELO, 2019, p.20-21)

É importante que haja campanhas efetivas de educação e apoio para que mulheres identifiquem se vivem um relacionamento contaminado pelo ciclo de violência. É importante que reconheçam que estão em risco e saibam que terão apoio para si e para seus familiares, filhos pequenos em muitos casos, e consigam pedir ajuda para sair de relacionamentos abusivos, antes que as agressões se intensifiquem. É comum que homens imersos no ciclo da violência não reconheçam o potencial agressivo de si mesmo.

“Eu vi tudo isso no tribunal. Antes do tapa, ofensas verbais. Vagabunda. Preguiçosa. Puta. Com Helena foi assim. Com Marta, idem. Cala a boca, vadia. Biscate. Vaca. O tapa é um

divisor de águas. Ele inaugura a fase da pancadaria. Empurrões. Socos. Todo tipo de golpes. Foi assim com Rayna. Derrubam você no chão, como se estivéssemos na idade da pedra. Algumas mulheres, como Lindalva, ficam surdas antes de morrer. Esses homens estouram o tímpano das mulheres que chamam de querida. Amor. Princesa. Gatinha.” (MELO, 2019, p.90)

Muitas vezes a morte por feminicídio poderia ter sido evitada. É urgente a discussão sobre ações efetivas de prevenção a essas mortes. Como podemos prevenir o feminicídio? Há políticas públicas para isso? Como combatemos os gatilhos de violência contra mulheres? Lei Maria da Penha (nº 11.340 de 2006)⁵ é importante para o enfrentamento do feminicídio pois:

- 1) reconhece violência psicológica nas relações;
- 2) entende a violência física como um traço do contexto global da violência - humilhações, intimidações, exposição pública da intimidade, ameaças, cerceamento da liberdade de ir e vir, violência sexual; repetições das agressões;
- 3) indica que a violência pode acontecer por parceiros, ex-parceiros, indivíduos com ou sem vínculos de parentesco com relações de convivência;
- 4) indica que o uso de álcool, drogas e ciúmes não são justificativas;
- 5) garante que a culpa não é da vítima;
- 6) prevê medidas protetivas de urgência como afastamento ou prisão preventiva do agressor.

“o criminoso sempre avisa à vítima que ela tem os dias contados: “Você vai morrer”, diz, sem usar nenhuma metáfora. Bebe e comunica: “Vai morrer.” Mas antes, ele espanca a infeliz. Às vezes, sem beber. Queima a mulher, com cigarro. Estupra a mulher. Arranca uns bifos do corpo dela. Joga a moça escada abaixo, quebra seus braços, suas pernas, sempre avisando. “Vai morrer!”” (MELO, 2019, p.41)

⁵ <https://www.cnj.jus.br/lei-maria-da-penha/>. Acesso: março 2023.

PRECARIZAÇÃO DOS CORPOS E O JUDICIÁRIO

Como podemos compreender o silêncio em relação às denúncias? Por que há invisibilização da violência contra a mulher e o feminicídio? Seria um descrédito no sistema legal, no funcionamento do poder público judiciário? Há uma desqualificação do ser mulher e precarização dessas vidas para que elas não sejam consideradas dignas de justiça?

“Não adianta nada você se tornar advogada, não adianta nada estar aí, acompanhando esses julgamentos de mulheres que morreram como sua mãe – disse ela –, se você não aprendeu a lição número um dessa história: nosso silêncio é uma merda. Sua mãe morreu por causa desse silêncio. Essas mulheres morreram porque não conseguiram falar. Não falar – disse ela – é uma tragédia.” (MELO, 2019, p.45-46)

O ambiente jurídico revela extrema frieza e racionalidade, muitas vezes necessários para o julgamento imparcial de crimes respeitando a letra da lei. Porém, em muitos casos o processo legal seguido por rígidos protocolos revitimiza a vítima, a expõe novamente a violências. Seja por falta de clareza no vocabulário e comunicação farta de “juridiquês”, que impede que a vítima compreenda detalhes e decisões do processo, exposição do ente querido em situação de violência, exposição da vítima ao agressor nos momentos de audiência, atribuição de novos nomes de identificação para entes que eram reconhecidos com nomes referentes ao vínculo familiar, o ‘pai’ que se transforma em ‘réu’, por exemplo.

“Eu gostaria de avisar que as fotos que exibiremos a seguir são muito fortes – advertiu Carla Penteado, a promotora, antes de pedir que a perícia apresentasse o material ao júri. Depois, sugeriu que a mãe de Txupira, uma indígena de cabelos escorridos, sentada logo na primeira fila, fosse informada do que ocorreria e retirada do ambiente, se essa fosse a sua vontade.” (MELO, 2019, p.47)

Tempo do processo e a frieza de tratamento é doloroso para a vítima. A urgência por justiça é um dos fatores sofrimento.

“todos esses crimes, que aconteceram havia sete, dez, doze anos, não demoraram sequer três horas, cada um, para ser julgados.” (MELO, 2019, p.73)

O pesquisador Kohara (2019), pesquisou em sua tese de doutorado a ocorrência de homicídios causados por policiais e identifica a violência como um fator de definição de identidade. Ao discorrer sobre os significados de uma sociedade violenta o pesquisador apresenta que a antropóloga Alba Zaluar:

“... identifica no Brasil a mesma promessa de identidade pela violência, que foi capaz de seduzir os jovens alemães ao chamado da violência letal legítima sem medida. Localiza também a falácia dessa promessa que enreda seus integrantes no circuito infundável da vingança. Mas, não partilhando da mesma história nem do mesmo momento das sociedades européias modernas [...], Zaluar identifica outro elemento, capaz de ligar essa socialização “pré-civilizatória” como ethos de alto valor identitário: a hipermasculinidade.” (KOHARA, 2019, pág. 73)

Fica aberta, então, a reflexão sobre como é possível promover um caminho de transformação destes valores identitários violentos que resultam em morte de mulheres e que são julgados por atores, muitas vezes, identificados com tais comportamentos.

“No intervalo dos julgamentos, elas vêm falar comigo. Estão cheias de culpa. Muitas ainda amam os homens que denunciaram. Querem retirar a denúncia, querem acabar com o processo, mas a lei não permite. “Eu e ele já resolvemos tudo”, elas me dizem, “não dá para encerrar o processo?” Eu explico que não é possível, elas ficam putas comigo. Se o cara já está preso, elas sofrem porque os filhos estão longe do pai. Sofrem porque se sentem vulneráveis. Sofrem porque querem manter a família. Sofrem porque estão sem grana. Sofrem porque não têm dinheiro nem para visitar o marido na prisão. E se têm, sofrem nas filas de espera, horas e horas debaixo de sol, de chuva, para depois serem humilhadas pelos agentes nas revistas íntimas. Hoje

consegui reverter a prisão em flagrante de um babaca que tinha desfigurado o rosto da namorada em prisão preventiva. Achei que a moça ia ficar feliz, e ela só faltou me agredir. “Eu não queria que ele ficasse preso”, disse ela. Perguntei: o que você queria? “Que ele parasse de me bater”, ela respondeu. “Só isso.”” (MELO, 2019, p.137)

Como o sistema judiciário oferece apoio emocional à mulher fragilizada que gostaria apenas que a violência cessasse? Como reestruturar uma sociedade onde diversas mulheres ainda são dependentes financeiramente de seu agressor? Seria possível pensar um sistema judiciário que ao invés de “pegar para si” a responsabilidade do trâmite excluindo a vítima e replicando a violência por desqualificar aquela que sofreu, pudesse considerar os reais motivos que impulsionam comportamentos violentos e pudesse agir de forma a enfraquecer estas estruturas?. De acordo com Murta (2020), a justiça restaurativa pode ser um caminho para uma nova forma de inclusão e respeito ao tempo da vítima.

“Atualmente, o reforço ao uso e potencialidades da justiça restaurativa podem ser grandes aliados à proteção das vítimas de violência. Na utilização da mediação, por exemplo, abre-se a possibilidade de uma fala mais livre, que abre também caminho para a construção de soluções que efetivamente caminhem no sentido dos desejos das partes envolvidas, e não mais uma solução imposta pela marcha processual conduzida unilateralmente pelo juiz. Aumenta-se, então, a possibilidade de encontrarmos um desenvolvimento que respeite o tempo da vítima.” (MURTA, 2020, pág.72)

No romance a protagonista revelou à avó que o pai e a mãe haviam brigado sugerindo que a morte da mãe poderia ser um outro motivo que não o acidente de carro. A fala da criança despertou desconfiança na avó que providenciou a ajuda de um perito criminal particular para visitar o local do acidente. A revelação de feminicídio aconteceu por causa dessa investigação. Como podemos pensar sobre a responsabilidade do estado e dos profissionais servidores públicos no cuidado e investigação de homicídios que podem ser

feminicídios? A possibilidade de contratação de um profissional particular para se dedicar à investigação de mortes registradas como acidentais ou casos de homicídio, que na realidade foram feminicídios, está aquém da realidade financeira e social de muitas famílias vítimas deste crime. Muitas das mulheres que morrem por feminicídio são pretas, pobres e periféricas. Mulheres cujos corpos e identidades são consideradas como precárias e não dignas de luto pela sociedade, conforme debatido por Butler (2019).

“Papai brigou com a mamãe.” – Achei que talvez você tivesse fazendo menção a alguma briga ocorrida no processo de separação, que estava sendo litigioso. Mas você insistiu. Comecei a fazer perguntas e notei que havia algo errado na morte da sua mãe. Conte para seu avô. Você repetiu a mesma história para ele. Por coincidência, havia um perito criminal que morava no nosso prédio. Seu avô foi falar com ele. Os dois viajaram para Monteiro antes mesmo de sua mãe ser enterrada. O carro ainda estava no local, porque a perícia sequer havia chegado. E quando, junto com o delegado de Monteiro, eles analisaram a cena do acidente, o nosso vizinho notou algo que tinha escapado a todos até então: a chave do veículo não estava no contato.” (MELO, 2019, p.243)

Além disso, é responsabilidade do Estado oferecer um serviço de investigação e julgamento de qualidade a todos os cidadãos cumprindo os preceitos éticos do trabalho.

IMPrensa

Casos de feminicídio são muitas vezes explorados pela mídia sensacionalista. Fator que intensifica o sofrimento e dificulta o processo de luto dos entes que perderam sua mulher querida. A imprensa também pode apresentar um risco para aquelas que entram em contato com as notícias e muitas vezes se sentem impactadas pelos relatos de violência, identificadas com a mulher agredida, relembrando de forma dolorosa o momento de agressividade pelo qual passou.

“O que a imprensa gosta, de verdade, é de assassinos. Sobretudo quando eles são brancos e ricos, como Crisântemo. Ou, ao menos, da classe média. Branca, claro. Esses são tratados como estrelas.” (MELO, 2019, p.79)

Histórias de feminicídio geralmente são contadas a partir do ponto de vista hegemônico, com viés patriarcal, branco, cisgênero e heteronormativo, promovendo a manutenção da violência contra a mulher e fechando portas para o debate responsável destas questões. Como já vimos inicialmente, o silêncio e falta de clareza nos processos de investigação por morte violenta, assim como falta de credibilidade no sistema judiciário são complicadores para o processo de luto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem todo homicídio de uma mulher é um feminicídio, porém, muitos casos de feminicídio podem, e são, invisibilizados em decorrência de registros errôneos de categorização. A definição do registro do crime passa pelo critério humano de classificação influenciado pela subjetividade imersa em uma cultura machista, racista e misógina que costuma atribuir à vítima a responsabilidade pela violência vivida. Portanto, é de extrema importância que se observe a quantidade e local dos golpes no corpo da vítima, que se avalie o contexto assim como a complexidade da relação e a história da relação com o agressor. Mesmo que não haja relação prévia é essencial avaliar o comportamento do agressor com a vítima.

Muitas vezes o assassinato de uma mulher encerra uma história de violências (física, psicológica, moral ou patrimonial). Muitas histórias de feminicídio poderiam ter sido evitadas, não são casos isolados ou episódios únicos, geralmente estão inseridos em um ciclo de violência com histórias similares entre gerações. Muitos desses crimes não são repentinos. Em muitas histórias de feminicídio há negligência social e institucional por falta de políticas públicas de apoio às vítimas de violência e conscientização do agressor, que na maioria dos casos é alguém muito próximo à ela.

Este tipo de crime revela uma forma rígida de compreensão social e de divisão de papéis. Papéis definidos a partir de valores e hábitos rígidos que

variam de acordo com sexo, idade, classe social, etnia, situação econômica, religião, etc. Estes comportamentos materializam resquícios culturais históricos de preconceitos e desigualdades convertendo diferenças em violência. A preservação do espaço de atuação do privilegiado é um fator para a manutenção dos papéis.

Estendo a compreensão do fenômeno para além dos fatos que culminam na violência revelada. As estruturas sobre as quais vivemos e nos relacionamos diariamente estão há muito contaminadas por formas machistas e patriarcais de funcionamento em diversas esferas, incluindo o funcionamento das leis em todos os seus desdobramentos. A discussão de gênero na justiça pode ser um caminho para a reformulação do que entendemos por violência e para a formação políticas públicas que ofereçam cuidado a todes⁶ que têm suas histórias afetadas e marcadas pela insegurança do risco à vida.

A complexidade do fenômeno exige conhecimento interdisciplinar dos profissionais que lidam com o feminicídio em diversas áreas. É preciso debater sobre a melhor forma de incluir os afetados ao processo e acompanhamento legal de forma que se sintam respeitados em sua dor e clamor por justiça. Assim como é preciso contar com o apoio de profissionais que compreendam as especificidades do luto decorrente de violência de gênero para oferecer o melhor suporte no processo de atribuição de significados às pessoas fragilizadas. Por fim, é responsabilidade da imprensa e de profissionais da comunicação facilitar o debate além do âmbito particular para que a responsabilidade do combate ao feminicídio seja de todos os cidadãos, fortalecidos para cobrar das autoridades competentes medidas de segurança pública de cuidados aos envolvidos, incluindo a conscientização e psicoeducação de agressores.

Pesquisa e formação de conhecimento dos aspectos que envolvem feminicídio é urgente. Estamos falando sobre mortes evitáveis e sofrimentos evitáveis por ações baseadas em cuidado e ética de atuação profissional de diversas áreas.

⁶ Apesar de não reconhecida oficialmente na gramática oficial brasileira, o uso da palavra 'todes', em gênero neutro, foi escolhido propositalmente pelas autoras como forma de destacar o sofrimento de pessoas em contato com o feminicídio, sejam elas agressores ou vítimas – diretas ou indiretas, de todos os gêneros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 13.104, de 9 de Março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. (<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/172426221/lei-13104-15>)

BUTLER, Judith. **Vida Precária**: os poderes do luto e da violência. 2019. Belo Horizonte. Autêntica Editora.

Conselho Nacional do Ministério Público.
<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8190-crime-hediondo>.
Acesso: março/2023.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. IPEA Atlas da Violência, 2021.
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> e
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso: março/2023

Dossiê Feminicídio. Agência Patrícia Galvão.
<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/o-dossie>. Acesso:
março/2023.

FEDRI, B. C. & Silva, N. S. (2019) **Uma experiência de atendimento psicanalítico de grupo para familiares de vítimas de homicídio**. Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia, 10 (3), 09-26.

FRANCO, Maria Helena. 2010. **Formação e rompimento de vínculos**: o dilema das perdas na atualidade. São Paulo: Summus.

FRANCO, Maria Helena. 2021. **O luto no século 21**: uma compreensão abrangente do fenômeno. São Paulo: Summus Editorial.

JUNQUEIRA, F. M. **Arteterapia e luto: uma revisão integrativa**. 2021. 133 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

KOHARA, Paulo Keishi Ichimura. 2019. **Determinantes inconscientes da letalidade policial**. Tese (Doutorado - Programa de Psicologia Clínica) - Faculdade de Psicologia, Universidade de São Paulo.

MELO, Patrícia. 2019. **Mulheres empilhadas**. São Paulo: LeYa. Edição do Kindle.

MURTA, Ludmila Nogueira. **O tempo da vítima de violência e o tempo do Direito**. 2020. 270 f. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Niara de; RODRIGUES, Vanessa. **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida**: A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira. 2022. São Paulo. Drops Editora. Edição do Kindle.

ONU Mulheres - **Diretrizes Nacionais Feminicídio**: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres, 2016 https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf. Acesso: março/2023

PARKES, Colin Murray. Amor e perda: as raízes do luto e suas complicações. 2009. São Paulo, Summus.

RANDO, Therese A. **Treatment of complicated mourning**. 1993. Research press publishers.

STAROBINSKI, Jean. **É possível definir o ensaio?** 2011. Campinas. Remate de Males, pp 13-24.

SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. **Dicionário dos negacionismos no Brasil.** 2022. Recife. Cepe editora. Edição do Kindle.